



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Há dias, a Polícia deteve 6 trabalhadores ilegais e 10 trabalhadores não residentes, que exerciam funções para as quais não tinham sido autorizados, no interior do Mercado Abastecedor Nam Yue, uma prova para afirmar que o fenómeno ainda persiste e que não há meio de ser erradicado, e que não só consome recursos administrativos mas também prejudica a ordem socioeconómica. Por isso é que já apresentei várias interpelações ao Governo, no entanto, este continua sem dispor de medidas para a erradicação do referido fenómeno.

Nestes termos, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. Que medidas vão as autoridades adoptar para erradicar o fenómeno descrito? Na verdade, o problema é ainda muito mais grave no sector da construção civil, não só pelo facto de, até à data, o Governo ainda não dispor de mecanismos fiscalizadores e sancionatórios eficazes para o combater, mas também porque as sanções não surtem os devidos efeitos dissuasores, pois os empreiteiros nem pensam duas vezes antes de recorrerem ao trabalho ilegal. A aplicação da responsabilidade solidária ao empreiteiro geral, a agravação das penas para a contratação de trabalhadores ilegais e a proibição da suspensão da pena de prisão bem como da sua substituição por pena de multa são reivindicações do sector laboral há já vários anos. As autoridades concordam e põem mãos ao trabalho, mas ainda está tudo em fase de estudo. Então, quando é que chegam a alguma conclusão? Existe



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

algum calendário para o efeito?

2. Já em 2009, o então Chefe do Executivo, Edmund Ho, afirmou que ia retirar da Lei da contratação de trabalhadores ilegais a parte que regula os “trabalhadores ilegais” e autonomizá-la numa lei independente, com vista a aumentar os respectivos efeitos preventivos e dissuasores. Mais tarde, os serviços competentes vieram afirmar que a “Lei da contratação de trabalhadores não residentes” e o “Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal” contêm preceitos que tanto proíbem a contratação de trabalhadores ilegais como regulam o combate ao trabalho ilegal, por isso, puseram um ponto final à produção de uma lei independente. Porém, a referida lei e o citado regulamento entraram em vigor há já alguns anos, a contratação de trabalhadores ilegais e a prestação de trabalho ilegal nunca foram nem reprimidas nem erradicadas, antes pelo contrário, verificou-se uma tendência do seu agravamento. Atendendo à salvaguarda da ordem do mercado socioeconómico e das regalias de emprego dos residentes, e com vista ao aumento dos respectivos efeitos dissuasores e para demonstrar, ainda, que somos uma região onde reina o Direito, os serviços competentes devem agir em consonância com as fortes solicitações do sector laboral e retomar a ideia da produção de uma lei independente para combate ao trabalho ilegal. Isto vai ser feito?

13 de Março de 2013.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM, Lam Heong Sang.